

Biblioteca pública Benedito Leite, um campo para a ilustração e para enriquecer a alma

Maria de Fatima Almeida Braga (UFMA) - mfabraga@gmail.com

Resumo:

O texto refaz um pouco a trajetória da Biblioteca Pública Benedito Leite, sediada no Maranhão e instituída com a finalidade de proporcionar uma nova oportunidade ao incremento da instrução e do saber. Resulta de pesquisa bibliográfica, contemplando-se especialmente autores maranhenses e de pesquisa documental através dos jornais Farol Maranhense, Chronica Maranhense e Echo do Norte, destacando-se o primeiro pela ampla divulgação e incentivo à criação da biblioteca. Abordam-se os principais esforços e ações desenvolvidos para criação e instalação da biblioteca pública, ou livraria pública como era denominada no início. Descrevem-se acontecimentos que impulsionaram momentos de apogeu e declínio, tentativas de revitalização da instituição e salvaguarda de seu acervo. Conclui apresentando a biblioteca pública como forte aliada da boa educação e da liberdade dos povos e estimuladora de debates sociais e disseminação de ideias.

Palavras-chave: *Biblioteca pública. Maranhão. Século XIX.*

Área temática: *Bibliotecas Públicas*

Biblioteca pública Benedito Leite, um campo para a ilustração e para enriquecer a alma

Resumo:

O texto refaz um pouco a trajetória da Biblioteca Pública Benedito Leite, sediada no Maranhão e instituída com a finalidade de proporcionar uma nova oportunidade ao incremento da instrução e do saber. Resulta de pesquisa bibliográfica, contemplando-se especialmente autores maranhenses e de pesquisa documental através dos jornais *Farol Maranhense*, *Chronica Maranhense* e *Echo do Norte*, destacando-se o primeiro pela ampla divulgação e incentivo à criação da biblioteca. Abordam-se os principais esforços e ações desenvolvidos para criação e instalação da biblioteca pública, ou livraria pública como era denominada no início. Descrevem-se acontecimentos que impulsionaram momentos de apogeu e declínio, tentativas de revitalização da instituição e salvaguarda de seu acervo. Conclui apresentando a biblioteca pública como forte aliada da boa educação e da liberdade dos povos e estimuladora de debates sociais e disseminação de ideias.

Palavras-chave: Biblioteca pública. Maranhão. Século XIX.

Área Temática IV: Bibliotecas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O século XIX nos desvela um Brasil pleno de momentos de ebulição, com mudanças políticas, econômicas, educacionais, sociais e culturais, que por certo alteraram os usos e costumes da sociedade brasileira. O Maranhão não ficou à margem desse processo. A partir do segundo quartel do oitocentos, teve seu espaço afetado por acontecimentos capazes de tirá-lo do estado letárgico em que se encontrava, uma vez que aderiu à Revolução do Porto e à Independência, teve de administrar revoltas, fazer mudanças na sua economia de base e, com garbo, se projetou no aspecto intelectual.

Nos primeiros anos do Império, o Maranhão foi agraciado com a expansão das tipografias, criação de novos jornais de conteúdo mais liberal, a fundação da Biblioteca Pública, expansão da educação através da criação do Liceu Maranhense. Essa mudança cultural, além de estimular um fazer pedagógico, incentivou livreiros e boticários a intensificar o comércio de livros e os tipógrafos a empreender esforços para o aumento da produção de jornais, livros e outros impressos. Assim, no

primeira metade do século XIX, o Maranhão já contava com um “considerável” comércio de livros e diversificação das práticas de leitura. As instituições mediadoras da leitura, entretanto, só começaram a aparecer efetivamente no Maranhão, a partir da criação da Biblioteca Pública Benedito Leite, em 1829, mas aberta ao público somente em 1831, cujos fragmentos de sua história serão desvelados no decorrer deste artigo.

2 A GÊNESE DO PROJETO

A Biblioteca Pública Benedito Leite é fruto do projeto de lei elaborado e apresentado pelo membro do Conselho Geral da Província, Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira¹, em 08 de junho de 1826. Ao apresentar sua proposta, segundo Marques (1970, p. 109), Costa Ferreira

[...] lamentou o avultado cabedal que se tem gasto, desde a nossa feliz Independência, em delírios e projetos de sangue, e admirou-se de não se ter empregado um ceitil em livros, e nem sequer nos elementares para a instrução das escolas maranhenses, pelo que indicava a criação nesta cidade de uma biblioteca pública, destinando-se uma prestação anual da oitava parte das rendas das sobras da Província para a compra de livros.

A proposta foi aprovada somente em 29 de setembro de 1829, na gestão do presidente da província Cândido José Araújo Viana, que solicitou ao Imperador os recursos financeiros necessários para o estabelecimento da obra, os quais não foram autorizados alegando-se limites orçamentários. Diante do indeferimento dos recursos pelo governo imperial, o presidente da província anunciou a necessidade de criação de uma biblioteca pública, durante o discurso proferido no dia 1 de dezembro de 1829, quando da instalação do Conselho Geral da Província

Seriaõ eficazes providencias a prol da Instrucção os estabelecimentos de um ou dous Collegios de Estudos Menores, de uma Biblioteca publica. Para esta, posto que das circunstancias dos Cofres Nacionaes não permittão a applicação de alguns fundos, pode muito contribuir a generosidade dos Habitantes da Provincia. A este fim adoptou-se o meio de uma subscripção voluntária de cuja direcção se encarregou a Camara Municipal desta Cidade composta de Cidadãos de reconhecido patriotismo. (FAROL

¹ Antônio Pedro Costa Ferreira foi proprietário de terras em Alcântara, sua cidade natal e em São Bento. Formou-se bacharel em lei por Coimbra. Foi conselheiro geral e presidente da província do Maranhão, deputado geral e senador do Império. Como parlamentar propôs a criação de cadeiras no ensino primário, a biblioteca pública e um hospital para hansenianos. Como presidente da província (1835-1836) sancionou as leis para criação da Tesouraria da Província, da Polícia Rural, do corpo de Polícia e a organização da Secretaria do Governo. Foi agraciado com o título de oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro (1841) e de barão do Pindaré (1854). Cf. Coutinho (2005) e Lima, 2008.

MARANHENSE, n. 146, 1 dez. 1829).²

Imediatamente, a Câmara nomeou dois membros, Raimundo Correia de Faria e João Gualberto da Costa, para angariarem os recursos através de subscrição popular e voluntária, encabeçada, principalmente, pelos intelectuais da época. Entretanto, dificuldades foram encontradas para viabilizar o processo, como destacado no relatório do Conselho geral publicado no *Farol Maranhense* (n. 168, 16 fev. 1830)

A Bibliotheca publica é um meio de facilidade para a instrução; mas o Conselho vê com sentimento a falta de fundos para tão útil estabelecimento, ao mesmo tempo que não tem visto fazer-se efectiva a subscrição projectada para tão útil fim.

Ao tomar conhecimento das dificuldades para a implantação da Biblioteca Pública Provincial, o redator do jornal *Farol Maranhense*, José Cândido de Moraes, convencido do poder de alcance desse veículo de comunicação, colocou-o à disposição da administração do presidente da província, a fim de melhor viabilizar a subscrição popular e conseguir um maior número de adesão. As chamadas para subscrição de certa forma foram correspondidas, pois José Cândido publicou nas edições de número 265 a 293, relação nominal dos subscritores, informando o valor ofertado e a quantidade de livros doados.

Alguns esforços foram empreendidos para que a biblioteca fosse inaugurada no dia 25 de março de 1831. Nesse sentido, o tesoureiro responsável para a arrecadação de verbas e livros avisava, através de nota publicada no *Farol Maranhense* (n. 268, 1 fev. 1831) que a partir daquela data daria início à cobrança das quantias e livros oferecidos em prol da criação da biblioteca.

Dentre as doações de livros para formação do acervo da biblioteca, mister se faz destacar a significativa quantidade de 316 obras doadas pelo seu idealizador Antônio Pedro da Costa Ferreira, à época deputado da província do Maranhão, como se pode constatar no reclame publicado no *Farol Maranhense* (n. 284, 19 mar. 1831):

Antes de partir o nosso digno deputado fez uma oferta à Câmara Municipal de 316³ volumes para a Biblioteca Pública; obras escolhidas e de reconhecida utilidade formam esta coleção. Pudessem este exemplo ser seguido por pessoas que estão nas mesmas circunstâncias de fazerem ofertas semelhantes, mas que o não fizeram, talvez pelo pouco em que tem a instrução pública, e o derramamento das luzes no nosso país.

² As citações extraídas dos jornais conservam a ortografia da época.

³ Há divergências quanto à quantidade de livros doados por Costa Ferreira. Coutinho (2005) contou 315, o *Farol Maranhense* (1831) 316 e Moraes, (1973) 300.

No dia 03 de maio de 1831, ainda sob a administração do presidente Cândido José de Araújo Viana, a sociedade maranhense recebia sua primeira biblioteca pública, com a honra de ser a segunda província a possuir uma instituição dessa envergadura, pois a primeira foi merecidamente criada na Bahia. O *Farol Maranhense* (n. 289, 3 maio 1831) anunciou o acontecimento dizendo que o dia 3 de maio foi uma data significativa para o Brasil todo e,

O nosso bom Presidente, o Sr. Araujo Vianna, em honra a tão glorioso dia, fez os esforços possíveis para abrir a Biblioteca Publica que há muito estava projectada, e o conseguiu ajudado dos esforços da Camara Municipal, ainda que com os poucos volumes, que até agora se tem podido obter. [...] O Sr. Araujo Vianna [...] tem dado impulso a instrução publica, quanto em si está bem convencido que d'ahi é que hade vir todos os bens do Brasil.

José Cândido de Moraes utilizou as páginas do jornal *Farol Maranhense* (n. 295, 6 maio, 1831) para noticiar, elogiar e incentivar a concretização e continuidade do projeto que incrementaria a instrução e o saber na província do Maranhão. E assim se expressou:

Abriu-se finalmente a Biblioteca Pública e ela é sem dúvida a produção do patriotismo maranhense! Quem mais susceptível de obrar grandes ações? [...] Eis pois maranhenses, o passado é passado: está a Biblioteca aberta e com os livros que se compraram contando dois mil volumes até hoje. Abriu-se com ela um vasto campo para a vossa ilustração, dela pode dimanar um n. infinito de delícias;
[...] Aquele pois dentre vós que não poder concorrer para o aumento daquele estabelecimento, concorra para a sua glória, instruindo-se, enriquecendo a sua alma, para por meio dos conhecimentos colocar-se ou antes exceder o nível daqueles a quem o acaso fez subir a fruição de grandes comodidades.

A Biblioteca Pública Provincial, portanto, foi fruto do esforço de elementos isolados da sociedade, que lutaram para fazer vingar a ideia da Livraria Pública, cuja subscrição foi acatada pelo Governo e levada a efeito pela Câmara Municipal, no âmbito da capital e, fora dela, pelos juizes de paz das comarcas. Tal esforço obteve o reconhecimento de Gonçalves Dias quando esteve no Maranhão, incumbido por D. Pedro II, para inventariar todos os documentos concernentes à história do País. Em seu relatório datado de 10 de julho de 1851, delineou a situação em que encontrou as repartições públicas, bibliotecas e arquivos de mosteiros, resultado das visitas que fizera às províncias. Ao se reportar à biblioteca pública do Maranhão relatou sucintamente sobre o processo de criação, com destaque especial à corajosa determinação do presidente Cândido José Araújo Viana em

[...] formar o seu núcleo com obras, que recebesse em donativo dos particulares, ou comprando-as com as quantias, porque outros subscrevessem [...]. Os cofres provinciais concorreram também, mas

escassamente, e montou-se a biblioteca maranhense. Muitos dos particulares concorreram com obras de valor e somas de dinheiro, enquanto outros, disfarçando a sua má vontade, remeteram volumes traçados e estragados a ponto de que para não danificarem os outros, um dos últimos presidentes ordenou que fossem lançados à praia. (DIAS, 1973, p. 246).

A Biblioteca Pública Benedito Leite foi Instalada, inicialmente, na parte superior do Convento do Carmo, situado na Rua do Egito, em São Luís do Maranhão, sob a direção do padre Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, nomeado como bibliotecário público. Dois funcionários foram designados para compor o quadro de pessoal da biblioteca, Alexandre de Moraes Rego, no cargo de guarda e um servente. Foram esses funcionários que estabeleceram o primeiro Regulamento da Biblioteca determinando horário de funcionamento e as condições para admissão de pessoas.

3 O CAMINHO SE FEZ AO CAMINHAR

Durante os dois primeiros anos as despesas da biblioteca ficaram a cargo da dotação municipal. A partir de 1832 teve a verba de 1:000\$000 do orçamento do Império. Em 1835 pode-se constatar que ela passou a ser mantida pela província do Maranhão com a dotação orçamentária de 2:000\$000, conforme se pode constatar no orçamento da província publicado no *Echo do Norte*, do dia 30 de maio daquele ano, em cujo art. 5º estabelecia o valor destinado àquela casa de cultura para cobrir os salários do diretor da biblioteca e dos funcionários, um guarda e um servente e compra de livros.

No orçamento da Província para o período de julho de 1836 a junho de 1837, foi destinada a mesma dotação para a biblioteca no valor de 2:000\$000, para fazer jus às mesmas despesas de 1835. Entretanto, algumas outras iniciativas estavam sendo tomadas para aumentar o acervo da biblioteca, pois, após a rubrica destinada a biblioteca constava a seguinte informação:

O produto de subscrição de que trata o Decreto de 5 de Setembro de 1832 será também applicado para compra de livros, devendo as Câmaras Municipaes reetter trimestralmete a Thesouraria da Provincia o que arrecadar. (ECHO DO NORTE, v. 3, n. 18, p. 275, 10 set. 1836).

Para o exercício de 1º de julho de 1839 ao ultimo dia de junho de 1840 foi fixada a mesma quantia para a Biblioteca Publica, porém estabelecia rubricas para as despesas: 1:130\$ réis destinados para custear os vencimentos dos empregados, assegurado o valor de cem mil réis de gratificação que passaria a ser paga ao

contínuo, ficando este obrigado a fazer todo o serviço da casa. O restante, 870\$ réis seriam investidos em compras e consertos de livros, e outros objetos, totalizando 2:000\$000 (CHRONICA MARANHENSE, n. 60, p. 1, 13 ago.1838).

Nos primeiros anos de sua existência, o entusiasmo pela “Livraria Pública”, como era designada por muitos, favoreceu uma relativa prosperidade, principalmente depois que Costa Ferreira, grande entusiasta de sua criação e funcionamento, assumiu o governo da província, em 1835. Nesse ano a instituição já contava com um acervo de 3.376 volumes.

Na história da Biblioteca Pública Benedito Leite, um fato inusitado ocorrido na administração Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo, merece ser destacado, pois, o material de leitura colocado à disposição dos poucos leitores – uma pequena elite letrada – nos parece, tinha um controle velado pelo então presidente da província. O discurso proferido por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, no dia 3 de maio de 1838, publicado na *Chronica Maranhense* (n. 37-40, p. 3-4, 28 maio, 1838), nos faz entender assim, visto que em sua fala sobre o item Instrução Pública, incluiu sua avaliação sobre o acervo e funcionamento da biblioteca pública. Sem indicar as bases em que se apoiava, afirmou que o considerável número de obras que formavam o acervo da biblioteca, poucas podiam ser consideradas de boa qualidade e recomendadas para educação dos jovens, especialmente voltada aos princípios religiosos e assim contribuir na formação de homens bons e probos. Como a biblioteca funcionava contígua ao Liceu Maranhense e servia como auxiliar para as aulas nele ministradas, o presidente temia que os jovens tivessem acesso às obras por ele condenadas, podendo inclusive incentivar a corrupção, segundo o seu ponto de vista. Fiel às suas convicções solicitou à Assembleia nomear uma comissão para expurgar os livros ímpios e imorais. Pelo visto a maioria dos que se encontravam na biblioteca.

A repercussão sobre o item da Instrução Pública em que demonstrou um total desconhecimento ou preconceito sobre os clássicos em evidência na época e que são verdadeiras relíquias na contemporaneidade, despertou a ira dos intelectuais. No editorial publicado na *Chronica Maranhense*, o autor, que acreditamos tratar-se de João Lisboa, redator, proprietário do jornal e um dos publicistas maranhense de maior destaque em erudição, declara-se indignado com a postura monárquica e ignorante do presidente ao sugerir a queima da maior parte dos livros da biblioteca,

por considerá-los imorais, ímpios, venenosos. Tal postura de Vicente Camargo, segundo o autor, demonstra que, além de nunca os ter lido, era incapaz de compreendê-los, portanto, aquilo não passava de proposta inquisicional, cuja ignorância propõe a destruição das obras de Voltaire, Rousseau, d'Alembert, Diderot, Tracy e talvez a Enciclopédia. E acrescenta:

Na classe dos imorais quererá por acaso compreender alguns livros da Bíblia, os de Ovídio, os contos de La Fontaine e Bocage, o nono canto dos Lusíades e outros cheio de imagens lúbricas e profanas. Não sabe S. Ex^a que estas obras, e outras muitas de igual natureza, se acham presentemente nas principais bibliotecas do mundo, e até nas do Papa? Deverão as obras do gênio, e resultado de ímprobos estudos, ser condenados ao fogo porque aprouve ao Sr. Camargo em sua sabedoria e erudição qualificá-los de ímpios e imorais? E o mais notável é que a única razão para apresentar esta odiosa proposta é que as aulas públicas estão apresentadas no mesmo edifício que a biblioteca, sendo assim fácil contaminarem-se as almas noviças dos estudantes com a peste dos maus livros! E por conseqüência fogueiras e algoses por unico remédio! Não ocorreu ao Sr. Camargo que podia facilmente vedar a comunicação de certos livros aos rapazes de uma determinada idade? Não ficavam assim prevenidos todos os perigos que fizeram prever S. Exc.? Quererá o nosso virtuoso administrador que a biblioteca fique reduzida a alguns bacamartes de abstrusa theologia, e ao seu eloquente relatório? (CHRONICA MARANHENSE, n. 37-40, p. 3-4, 28 maio, 1838)

Gonçalves Dias informa, em seu relatório de 1851, que lhe fora relatado a ordem de um presidente para descartar muitas obras importantes. Após tomar conhecimento dessa impetuosa decisão e constatar que muitas outras de igual importância se encontravam em estado deteriorado, sugere providências no sentido de compensar os vários crimes contra o acervo cultural. Conforme informações prestadas pelo bibliotecário público Trajano Cândido dos Reis a Gonçalves Dias, à época, a instituição contava com 3.341 livros dos quais 2.691 em bom estado de conservação, 575 em estado sofrível, e 75 inteiramente mutilados. Além disso, fazia parte do acervo dois globos terrestre e celeste e uma esfera armilar, vários objetos de história natural, arrumados em três estantes, uma carta geográfica, compreendendo as províncias das Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, e outra da província do Maranhão.

Ao identificar que a última compra de livros deu-se através de míseros 200 réis autorizados pelo presidente da província Antônio Joaquim Álvares do Amaral, durante o ano em que governou a província (1848), Gonçalves Dias sugere providências no sentido de destinar recursos para renovação do acervo e para cobrir estragos oriundos de traças, por exemplo. Caso nenhuma providência fosse tomada nesse sentido, a biblioteca do Maranhão estaria fadada não tão somente a uma

situação estacionária, mas também ao desaparecimento dos seus volumes das estantes e, em pouco tempo, restaria apenas a lembrança da ideia de biblioteca (DIAS, 1973).

Outras medidas importantes são apresentadas pelo ilustre Gonçalves Dias, destacando-se a necessidade de melhoria das instalações físicas e maior empenho em adquirir e organizar um acervo com livros e impressos relativos à província. Destacou a importância de preservação de algumas obras existentes no acervo que só poderiam ser encontradas nos grandes mercados da Europa, ou em mãos dos bibliófilos curiosos, como as de Claude de Abbeville, as do padre Ivres d'Evreux, a Relação Sumária das coisas do Maranhão, além de um manuscrito sobre a história do Maranhão.

Quando se refere ao acervo de jornais maranhenses, cuja formação teria se iniciado há pouco tempo, Gonçalves Dias demonstra preocupação na preservação da memória maranhense e aconselha reunir a coleção de *O Censor Maranhense* (1825-1830) e da *Chronica Maranhense* (1839-1840). Segundo ele, essa tarefa não seria fácil em relação ao primeiro, pois tinha conhecimento de que somente alguns curiosos possuíam exemplares do jornal. Sabiamente adverte que a ideia de colecionar jornais implica tanto na possibilidade da perda da coleção por falta de recursos para encaderná-los, quanto na obrigatoriedade de recolher e arquivar todos e quaisquer papéis que saíssem da imprensa em forma de jornal. Mas isso era preferível

[...] à incúria ou ao capricho de algum potentado, que tivesse o poder de banir de tais depósitos a folha ou papel, que lhe fosse desairoso. Conta-se de um presidente, que visitando aquela repartição, e deparando com os números de um jornal, que se publicava contra a sua administração, não pôde conter o seu despeito, e deixando-se arrastar a um ato menos digno da sua posição os atirara a praça de uma das janelas do edifício. Verdade é que se não pode obstar, nem que os jornalistas hostilizem aos presidentes, nem que os presidentes se façam justiça por suas próprias mãos. (DIAS, 1973, p. 247).

O total abandono e descaso para com a biblioteca pública maranhense foram motivos de grandes prejuízos para a memória escrita sob a sua guarda. Sensibilizado, Joaquim Serra tentou revitalizá-la, encaminhando projeto ao Conselho da Província, em 1865, no qual sugeriu a sua vinculação ao Instituto Literário Maranhense, entidade recém-fundada em São Luís, o que ocorreu em 1866. À época, contava com 1.931 volumes e, destes, somente 984 puderam ser recuperados pelo Instituto, contudo, ela obteve grandes ganhos com essa transferência, pois

[...] o zelo dos dirigentes daquela notável sociedade resultou na incorporação de peças que até hoje, não obstante extravios e descaminhos, enriquecem o seu acervo, como as doações de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Antônio Rêgo, viúvas de Gonçalves Dias e Teixeira Mendes, irmãos do Dr. Caetano Cândido Cantanhede e outras várias, merecendo especial referência a que fez Antônio Henriques Leal, de livros e coleções dos seguintes jornais: *O Conciliador*, *O Censor*, *Estrela do Norte*, *Argos da lei*, *Crônica Maranhense*, *O Farol*, *O Brasileiro*, *Eco do Norte* e alguns mais que integram, ainda hoje, a sua importante coleção de jornais maranhenses. (MORAES, 1973, p. 21, grifo do autor).

Sob os auspícios do Instituto, a biblioteca passou a funcionar com um acervo de 2.234 livros, devidamente encadernados e em condições de uso. No entanto, seis anos depois, em 1872, o Instituto Literário Maranhense foi extinto e a biblioteca passou para o controle da Sociedade Onze de Agosto – sociedade promotora da Instrução Pública,⁴ criada em 1870, também por subscrição popular.

Com essa nova vinculação, a biblioteca mereceu tratamento especial por parte dos dirigentes que a instalaram em seu salão de honra e ofereceram-lhe boas condições de funcionamento, tanto no que se refere às instalações físicas, visto que o prédio era nobre e grandioso⁵, quanto aos equipamentos para guarda de todas as peças de seu acervo. No entanto, sem condições de subsistência, a Sociedade Onze de Agosto foi extinta e seu prédio foi entregue ao Governo Provincial, que determinou fosse ele ocupado pela Assembleia Provincial, a qual funcionava nas dependências da Cúria Metropolitana, contígua à Sé da Catedral, para onde a biblioteca foi transferida. Observamos que houve, simplesmente, uma troca de posições entre as duas instituições em que uma saiu beneficiada e a outra, com os mais sérios prejuízos, pois a partir daí registra-se nova dilapidação do acervo da biblioteca. A esse respeito, Fernandes (1929) faz uma ligeira, mas profunda crítica, ao insinuar que um edifício de tal envergadura como aquele era muito para sediar a biblioteca, porém não era demais para um Parlamento.

Fato é que a mudança para a Sé da Catedral acarretou novos e incontáveis prejuízos ao patrimônio cultural da biblioteca. Conforme nos conta Fernandes (1929, p. 335), no relatório do comendador Themístocles Aranha, designado para emitir parecer sobre as providências de salvação do acervo, consta que a transferência deste para a Sé da Catedral foi um espetáculo contristador para a sociedade ligada à cultura e para a preservação da memória escrita, pois,

⁴ Também chamada Escola Onze de Agosto – tinha por objetivo principal oferecer cursos noturnos às classes menos abastadas de São Luís.

⁵ Até pouco tempo foi sede da Assembleia Legislativa do Estado.

Os carregadores dos livros muitas vezes deixavam os caixões nas portas das quitandas, e, enquanto faziam suas libações, o moleque que passava subtraía um volume para distrair-se ou vender mais adiante. As ruas compreendidas entre os dois edifícios, o que era despojado dos livros e o que os recebia, ficavam alastradas de estampas, mapas, jornais e folhas de livros.

Como essa mudança não foi bem vinda para os administradores da Sé da Catedral, nova transferência da biblioteca foi realizada, voltando ao prédio do Convento do Carmo, local em que funcionou quando de sua instalação. Embora se declarassem a favor, nenhuma providência foi efetivada pela administração do Convento para dotar as instalações de condições favoráveis ao acondicionamento do acervo. Segundo Fernandes (1829, p. 336), no relatório do comendador Themístocles, consta que essa mudança foi ainda mais precipitada do que a anterior, pois as salas que deveriam receber os livros, mais pareciam quartos e nem sequer tinham pintura e piso condizentes. Os livros ficaram amontoados nessas “salas” impróprias até que, alertado a respeito da situação, o governo da província autorizou a reforma das instalações, mas as verbas não foram suficientes e o serviço foi paralisado. Considerado um “homem de linha”, o zeloso comendador Themístocles, em uma passagem de seu relatório, condena as instalações a serem reformadas e adverte: “O estado desta obra, e o que virá a ser, mesmo depois de concluída, não se descreve, só vendo-se. Por melhor que seja preparada, não passará de dois quartos baixos, escuros e sem ventilação.” (FERNANDES, 1829, p. 336). Sugeriu, portanto, que o inspetor da Instrução Pública fosse fazer uma visita ao local a fim de comprovar o descaso para com a instituição.

Em suas investidas para salvar o acervo da biblioteca e sabedor de que o prédio onde funcionava a Sociedade Onze de Agosto ainda não teria sofrido as reformas necessárias e adequadas ao funcionamento do Parlamento, Themístocles sugeriu à Assembleia Provincial a aquisição de um prédio próprio para a biblioteca e, enquanto isso não ocorresse que a retornasse para o prédio da Sociedade, de onde, segundo ele, nunca deveria ter saído. Vislumbrou, entretanto, que tal sugestão poderia não ser acatada sob a alegação de falta de verba no orçamento provincial, motivo que o fez adiantar outra alternativa: que o acervo da biblioteca fosse entregue à Inspetoria da Instrução Pública. Foi acatada a segunda alternativa e, a 04 de abril de 1883, a biblioteca foi reaberta, no próprio Convento do Carmo, com os restos dos 3.842 volumes. O percurso da história expressa que, durante os quase dez anos em que a Biblioteca ficou entregue à Inspetoria da Instrução Pública e

funcionando no Convento do Carmo, seu acervo sofreu uma acentuada baixa, pois em 1892, ao ser transferida para a rua Afonso Pena, não ultrapassava 500 exemplares (FERNANDES, 1929).

Embora ocorressem os vários períodos de abandono e ruínas, não faltaram esforços para reerguê-la à sua condição de principal casa de cultura, até que, finalmente, em 1895, foi determinada a reorganização da Biblioteca, graças à Lei oriunda de projeto apresentado por Benedito Leite, ao Congresso Legislativo do Estado. O prof. Ribeiro do Amaral, encarregado, em caráter provisório, de cuidar da Biblioteca, não mediu esforços para sua reorganização. Desencadeou um trabalho de aumento do acervo, através de doações da sociedade civil, conseguindo substanciais ofertas como a de Benedito Leite, que doou 341 volumes. Desenvolveu intensa atividade na transferência do acervo para o prédio da rua da Paz, onde hoje funciona a Academia Maranhense de Letras (MORAES, 1973).

Já em sede apropriada e com mobiliário adequado para funcionamento, foi reaberta ao público no ano de 1898 sob a direção de Antônio Lobo⁶, em cuja administração teve uma das fases mais brilhantes de sua existência. Fernandes (1929) enaltece o ilustre Diretor da Biblioteca, como um homem de uma mentalidade vigorosa, possuidor de sólida cultura e dinamicidade, o que favoreceu seu trabalho de estímulo às letras, aos jovens da sociedade. Em sua administração, a Biblioteca recebeu um novo impulso, com aquisição de novos livros, a organização de um catálogo sistemático e, conseqüentemente, a frequência diurna e noturna se intensificou.

Logo se tornou o centro de referência da cultura e do conhecimento e o ponto de encontro de jornalistas, professores e intelectuais militantes. Sediou importantes conferências da Universidade Popular do Maranhão – movimento de cunho literário surgido em 1909, composto por figuras proeminentes da época –, e foi palco de movimentos fundadores de importantes entidades como a Oficina dos Novos, a

⁶ O maranhense Antônio Francisco Leal Lobo (1870-1916), professor, jornalista e escritor, destacou-se nesta última profissão como ensaísta, poeta, romancista e tradutor. Como funcionário público, exerceu além de outros cargos o de diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite e do Liceu Maranhense. Juntamente com outros intelectuais fundou, em 10 de agosto de 1908, a Academia Maranhense de Letras. Entre suas obras encontram-se *Os Novos Atenienses*, obra considerada fundadora da crítica e teoria literária maranhense, em que Antônio Lobo analisa o renascimento da cultura e da literatura maranhense, procurando registrar e resgatar o momento literário de então. Em virtude de perseguições políticas, Antônio Lobo, moralmente traumatizado, no último ano de sua existência, recolheu-se a sua residência e, na madrugada de 24 de junho de 1916, enforcou-se com uma corrente (ANTÔNIO..., 2005).

Sociedade Cívica das Datas Nacionais e a Academia Maranhense de Letras.

Foi na administração de Antônio Lobo que várias personalidades de grande envergadura intelectual visitaram a Biblioteca e deixaram registradas suas impressões, a exemplo do que escreveu Coelho Neto, um dos grandes nomes da literatura de ficção:

Esta é a grande colméia.
Aqui, nos seus alvéolos, vivem as abelhas que trazem da grande flora do Espírito Humano o mel sávido da inspiração e a cera da Sabedoria.
Distila o mel dourado das estrofes e os conceitos, feitos da cera casta que é a matéria prima dos círios, dão luz ao altar do mundo, onde o Pensamento é o Deus uno, forte, criador, eviterno.
Guarda, Aristeu, às abelhas serenas e aos que te pedirem mel ou cera, vai prodigamente dando, que, assim, praticas a mais meiga e salutar das misericórdias, qual é a de consolar e esclarecer os espíritos.
Maranhão, 15 de julho de 1899
Coelho Neto. (FERNANDES, 1929, p. 339).

No entanto, a fase gloriosa da biblioteca, sob a direção de Antônio Lobo, durou somente até 1910. A partir de então, outras mudanças precipitadas ocorreram e o acervo continuou sendo dilapidado com grande prejuízo à memória cultural. Permaneceu neste estado de abandono de 1914 até 1927, quando o Governador Magalhães de Almeida, ao constatar a precariedade em que ela se encontrava autorizou o seu retorno para o prédio da Rua da Paz, onde permaneceu até a construção de sua sede própria.

Após várias peregrinações e à custa de muitos sacrifícios e trabalho, em 1951 ganhou sua sede própria, 33 anos depois da aprovação da Lei nº 816 de 24 de agosto de 1918, que autorizou a construção de um prédio para a Biblioteca. Em 1958, através do Decreto 1.316, sua denominação foi alterada para Biblioteca Pública Benedito Leite, em uma justa homenagem ao ilustre político maranhense Benedito Pereira Leite que propôs sua reorganização.

Há anos carecendo de reformas, em 2009 o prédio da Biblioteca Pública Benedito Leite foi interditado pela Defesa Civil, de forma intempestiva, em virtude do comprometimento da estrutura física. Mais uma vez, a instituição foi instalada em um local provisório, até que a reforma do prédio se conclua, o que está previsto para os primeiros meses de 2013.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Biblioteca Pública Benedito Leite não foge à regra das concepções filosóficas das bibliotecas públicas brasileiras: objetivos idealísticos

concebidos e orientados para uma elite cultural; indefinição dos governos em assumir e incorporar essas instituições e a própria dificuldade em despojar-se das vestimentas ideais e encontrar objetivos reais à luz da realidade atual.

Constata-se, entretanto, que apesar dos intempéries apresentados na história da Biblioteca Pública Benedito Leite ela não só sobreviveu como também não foi suficiente para cobrir a “gula” de leitura dos ludovicenses. A partir dela surgiram novas instituições mediadoras de leitura como as sociedades literárias, os gabinetes de leitura, as bibliotecas populares ou particulares, que foram, de fato, verdadeiros baluartes da boa educação e da liberdade dos povos. Sem dúvida estes contribuíram, sobremaneira, para estimular debates sociais e disseminação de ideias que contribuíram e contribuem até hoje, nas feições de uma população que se sente atraída pelos diversos tipos de práticas de leituras.

Considerando não só o conceito, mas também, a importância de alguns tipos de mediações, convém dizer que, em São Luís, a intensa utilização das práticas de leitura foram mediadas, também, através das artes como a música, a pintura e o teatro que serviram para delinear uma sociedade com peculiar formação crítica, mesmo levando em conta as distâncias que separavam o Maranhão, da capital do Império.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO Lobo & os novos atenienses. **Guesa Errante**, São Luís, ano 2, n. 55, 30 nov. 2005. Suplemento cultural e literário JP, p. 395. Disponível em: <<http://www.guesaerrante.com.br/2005/11/30/Pagina395.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

CHRONICA MARANHENSE. São Luís: Typ. I. J. Ferreira, 1838-1840. Bissemanal.

COUTINHO, Mílson. **Fidalgos e barões**: uma história da nobiliarquia luso-maranhense. São Luís: Instituto Geia, 2005. p. 274-281.

DIAS, Antonio Gonçalves. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 241-250, jul./dez. 1973.

ECHO DO NORTE. São Luís: Typ. I. J. Ferreira, 1834-1836. Bissemanal.

FAROL MARANHENSE. São Luís: Typ. Nacional, 1827-1833. Bissemanal.

FERNANDES, H. C. Bibliotecas. In: _____. **Administradores maranhenses: 1822-1929.** São Luís: Imprensa Oficial, 1929.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão: a Monarquia.** 2. ed. rev. amp. São Luís: Inst. Geia, 2008.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão.** Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MORAES, Jomar. **Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite.** São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1973.